

CONTRATO-PROGRAMA

Entre:

Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede nos Paços do Concelho, Praça do Município, 1100-365 Lisboa, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, neste ato representado pela Exma. Senhora Vereadora Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto com poderes para o efeito, nos termos do Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação que lhe foi dada pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015 e publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, adiante designado por Município ou ML;

E

EGEAC- Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., pessoa coletiva n.º 503 584 215, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 192, 6.º andar, 1250-147 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número que o de pessoa coletiva e com o capital social de 448 918,10 €, neste ato representada por dois neste ato representada por dois membros do seu Conselho de Administração, Joana Gomes Cardoso, Presidente, e Lucinda Maria Correia Lucas dos Santos Lopes, Vogal, com poderes para a obrigar, nos termos dos seus estatutos, adiante designada EGEAC;

É celebrado entre as partes o presente Contrato-Programa, nos termos do disposto no artigo 47.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que se regula pelas cláusulas que se seguem:

Cláusula Primeira

(Enquadramento)

1. A EGEAC é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral que tem por objeto exclusivo assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social local na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura.

2. Atento o enquadramento previsto no número anterior, a EGEAC promove a gestão integrada e participada dos equipamentos culturais para tal designados pelo ML, executa projetos, procede à cobrança de ingressos e de outras receitas relativas à exploração dos equipamentos e à sua restante atividade nos termos definidos pelo ML, planeia e programa as Festas de Lisboa e outras ações e eventos de animação cultural, abrangendo a organização de festivais, espetáculos, teatro de rua e outros atos de natureza similar, bem como pratica os atos necessários à sua concretização.

3. Na prossecução do previsto no número anterior, a EGEAC adopta medidas da mais variada natureza, nomeadamente no que respeita às condições de contratação da programação, ao valor dos bilhetes de ingresso e às condições da cedência dos equipamentos a terceiros, não sendo a gestão, pela natureza dos bens em causa, exclusivamente orientada para critérios de eficiência financeira e económica, nem com obediência a critérios puros de mercado concorrencial.

Cláusula Segunda

(Objeto e Missão)

1. Considerando o previsto na Cláusula anterior, o presente Contrato estabelece a atribuição pelo ML do subsídio à exploração no ano económico de 2017, necessário à cobertura do deficit de exploração da EGEAC, decorrente do facto de as políticas cometidas a esta empresa municipal, for força das exigências de atuação no interesse geral preconizadas pelo ML, redundarem na obtenção de receitas inferiores aos gastos anuais.

2. O presente Contrato tem assim por fundamento a necessidade de assegurar à EGEAC os meios que permitam prosseguir a missão e os objetivos que presidiram à sua constituição, que contribuem para a coesão económica e social na área da cultura, e que passam, designadamente, pela dinamização de eventos culturais no Município de Lisboa, nomeadamente a realização das Festas de Lisboa, e pela gestão de equipamentos culturais, designadamente dos seguintes:

- a) Castelo de São Jorge;
- b) Padrão dos Descobrimentos;
- c) Museu do Fado e da Guitarra Portuguesa;

- d) Museu da Marioneta;
- e) Casa Fernando Pessoa;
- f) Galerias Municipais;
- g) Atelier Museu Júlio Pomar
- h) Teatro Municipal São Luiz;
- i) Teatro Municipal Maria Matos;
- j) Cinema S. Jorge;
- k) Teatro Taborda;
- l) Museu de Lisboa, através dos seus núcleos Torreão Poente, Palácio Pimenta, Teatro Romano, Santo António e Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos e demais partes integrantes;
- m) Museu do Aljube – Resistência e Liberdade;
- n) Museu Bordalo Pinheiro;
- o) Edifício sito ao Largo de Santos, n.º 2;
- p) Teatro Aberto, sito à Praça de Espanha;
- q) Galeria da Mitra, sita ao Beco da Mitra;
- r) Edifício sito na Avenida Calouste Gulbenkian, à Praça de Espanha, inscrito na matriz predial urbana n.º 802 da Freguesia de São Sebastião da Pedreira;
- s) Projeto Africa.Cont.

3. A EGEAC obriga-se a gerir de forma profissional, eficiente e cuidada os equipamentos referidos no número anterior, numa lógica de serviço público e de prossecução do interesse dos cidadãos e utentes, comprometendo-se a prosseguir objetivos setoriais de desenvolvimento dos padrões culturais da cidade.

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, e para efeitos do disposto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações em vigor, aplicável ao presente Contrato-Programa, as partes Outorgantes reconhecem que a prossecução das políticas cometidas à

EGEAC poderá redundar na obtenção de receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais, o que encontra justificação no facto dos investimentos realizados no quadro da promoção cultural, apesar de serem suscetíveis de não produzir resultados económicos imediatos, constituírem um importante fator de diferenciação positiva da cidade de Lisboa, especialmente no seu papel de capital, ao contribuírem para o exercício de uma cidadania mais completa através da cultura.

Cláusula Terceira
(Subsídio e Transferências)

1. O ML reconhece a necessidade da EGEAC obter as comparticipações públicas consagradas no presente Contrato, que têm por fim o empreendimento das atribuições a que esta empresa está adstrita por força dos seus estatutos, bem como a sustentação do orçamento previsto para cumprimento do Plano de Atividades de 2017, incluído nos Instrumentos de Gestão Previsional de 2017, que aqui se juntam como **Anexo I** e que deste Contrato passam a fazer parte integrante e indissociável.
2. O subsídio à exploração tem por objectivo garantir o equilíbrio das contas da empresa.
3. Nos termos dos números anteriores, o ML compromete-se a transferir, para a EGEAC, a título de subsídio à exploração, o valor de 10 000 000,00 Euros (dez milhões de euros) que pode vir a ser reduzido nos termos dispostos no número cinco.
4. O subsídio à exploração, considerando o valor máximo supra mencionado será liquidado por transferência bancária, faseadamente, da seguinte forma:
 - a) 3 000 000,00 Euros (três milhões de euros) nos 5 (cinco) dias seguintes ao visto prévio do Tribunal de Contas;
 - b) 4 000 000,00 Euros (quatro milhões de euros) até 30 de junho de 2017;
 - c) 3 000 000,00 Euros (três milhões de euros) até 30 de novembro de 2017;
5. O valor do subsídio à exploração pode ser ajustado em baixa, sem mais formalidades, com proporcional correção do valor a pagar pelo ML no quadro da execução do presente Contrato Programa, caso se verifique que o valor necessário ao equilíbrio das contas da empresa é inferior ao patenteado nos Instrumentos de Gestão Previsional de 2017, designadamente

porque a empresa gerou rendimentos próprios de valor superior ao estimado naqueles para o exercício de 2017.

6. A avaliação do valor do subsídio de exploração efectivamente necessário ao equilíbrio das contas far-se-á com a apresentação do relatório do terceiro trimestre de execução orçamental, que incluirá a estimativa de fecho de ano, a apresentar pela EGEAC até ao final do mês de outubro de 2017.

7. O encargo financeiro decorrente do presente Contrato tem enquadramento orçamental na rubrica [REDACTED] do orçamento vigente, com inscrição na ação do plano [REDACTED], e tem o compromisso sequencial n.º [REDACTED].

Cláusula Quarta

(Afetação dos Recursos)

A EGEAC poderá vir a efetuar compensações que se revelem necessárias, dentro das várias rubricas de despesas, desde que tais compensações não impliquem um aumento global das despesas.

Cláusula Quinta

(Indicadores de Eficácia e Eficiência)

1. Os indicadores que permitem medir a eficácia e, consequentemente, o cumprimento dos objetivos setoriais consubstanciados nas atividades previstas nos Instrumentos de Gestão Previsional 2017 (Anexo I do presente Contrato) e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, são os seguintes:

Muito Eficaz – Realização superior a 100% das atividades previstas;

Eficaz – Realização entre 90% e 100% das atividades previstas;

Ineficaz – Realização inferior a 90% das atividades previstas.

2. Os indicadores que permitem medir a eficiência e, consequentemente, o cumprimento dos objetivos setoriais, são os seguintes:

Muito Eficiente – Redução do montante da comparticipação financeira consagrada no presente Contrato-Programa;

Eficiente – Utilização da totalidade da comparticipação financeira consagrada no presente Contrato-Programa na realização do conjunto das atividades previstas;

Não Eficiente – Apresentação de Resultado Líquido negativo por via da utilização da totalidade da comparticipação financeira consagrada no presente Contrato-Programa e aumento dos gastos do exercício.

Cláusula Sexta

(Exceção do Não Cumprimento)

1. A EGEAC só está obrigada à efetivação das obrigações em que se constitui em face do presente Contrato e ao cumprimento do previsto na Cláusula anterior na exata medida da disponibilização, nos termos da Cláusula Terceira supra, dos meios financeiros devidos pelo ML.
2. Se por motivos não imputáveis à EGEAC forem abandonadas determinadas atividades no decurso do ano operacional, os objetivos correspondentes não serão considerados para o cálculo de execução do Plano de Atividades e, consequentemente, para a verificação do grau de cumprimento dos indicadores previstos no n.º 1 da Cláusula Quinta.

Cláusula Sétima

(Entrada em Vigor e Duração)

1. O presente Contrato-Programa produz efeitos a partir da data do visto prévio ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.
2. O Contrato-Programa vigora no ano de 2017.

Cláusula Oitava

(Disposição final)

1. Para o ano de 2016 foi celebrado Contrato-Programa entre o ML e a EGEAC com o mesmo objeto e finalidade, tendo o mesmo sido submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, a qual corresponde ao Processo n.º 2476/2015.

2. Em 2016 foi ainda celebrada uma adenda ao Contrato-Programa referido no número anterior, tendo por objeto a transferência do subsídio à exploração em virtude da transição da gestão do ML para a EGEAC de diversos equipamentos culturais, tendo a mesma sido submetida a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, a qual corresponde ao Processo n.º 1094/2016.

Feito em Lisboa, a xx de xxx de 2016, em dois exemplares, valendo ambos como originais, constituído cada por 7 (sete) folhas, todas rubricadas à exceção da última, que por ambas as partes é assinada e um anexo constituído por 66 folhas todas rubricadas.

O ML

A EGEAC, E.M.

Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto

Joana Gomes Cardoso

Lucinda Maria Correia Lucas dos Santos Lopes

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A MINUTA DE
CONTRATO PROGRAMA A ESTABELECEMOS EM 2017**

INTRODUÇÃO

1. Foi solicitado pelo Conselho de Administração da EGEAC, E.M., SA (adiante designada abreviadamente por EGEAC), parecer sobre a minuta de texto do contrato programa a celebrar com o Município de Lisboa, visando o valor de contrapartida pelos serviços a prestar pela EGEAC ao Município de Lisboa, no período de 2017.

Tendo em conta os Estatutos da EGEAC em conjugação com a Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre a minuta de texto do contrato programa para 2017, em que se prevê a transferência do Município de Lisboa para a EGEAC, como subsídio à exploração e a título de contrapartida pelas obrigações assumidas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2017, da quantia de €10 000 000 (dez milhões de euros).

2. Esta comparticipação financeira pública é devida como contrapartida de obrigações a assumir pela EGEAC e dizem respeito à prossecução do seu objetivo social, visando o desenvolvimento das atribuições que lhe estão cometidas pelo Município de Lisboa, mormente a gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura, abrangendo entre outros, o Castelo de S. Jorge, o Teatro Municipal de São Luiz, o Museu do Fado, o Museu da Marioneta, o Teatro Municipal Maria Matos, o Cinema S. Jorge, a Casa Fernando Pessoa, o Museu do Aljube, o Museu Rafael Bordalo Pinheiro, o Museu de Lisboa, bem como a realização das Festas de Lisboa.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração o cálculo do valor das comparticipações financeiras públicas (subsídio à exploração), com base no citado Contrato Programa e os respectivos pressupostos que lhe estão subjacentes.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correção do cálculo do valor das comparticipações financeiras públicas competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

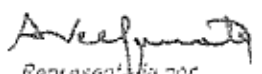
5. Analisámos o cálculo das comparticipações financeiras públicas com base nas obrigações assumidas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2017, vertidas na minuta do Contrato Programa, atendendo à previsão de gastos e rendimentos estimados e aos pressupostos preparados pelo Conselho de Administração da EGEAC;
6. O Conselho de Administração da EGEAC elaborou o Plano de Atividades para 2017 e os respetivos Instrumentos de Gestão Previsional, tendo em vista os fins de promoção do desenvolvimento local, promovendo a gestão integrada e participada dos Equipamentos designados pelo Município de Lisboa;
7. A gestão dos Equipamentos designados pelo Município de Lisboa implica a adopção pela EGEAC de preços sociais de natureza diversa, que influenciam a exploração da empresa, com reflexo no montante dos rendimentos operacionais;
8. Os pressupostos e estimativas contidos nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2017, afiguram-se consistentes e adequados conforme se refere no Parecer do Fiscal Único sobre os mesmos;
9. Tendo em conta os montantes de gastos e rendimentos previstos em cada um dos Equipamentos foi calculado o valor das contrapartidas financeiras públicas pelas obrigações assumidas com o Município de Lisboa, no valor de €10 000 000.

PARECER

10. Com base no trabalho efectuado somos de parecer que o valor das comparticipações financeiras públicas para a EGEAC está adequadamente calculado, de acordo com os pressupostos de exploração previsional, cuja quantificação está evidenciada na demonstração de resultados e balanço previsionais para 2017.
11. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 10 de Outubro de 2016

OLIVEIRA E VERGAMOTA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS


Representado por
Vítor João Amaral Vergamota